

Apenas três dias para aprovação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A forte reação de todos os demais partidos políticos, com exceção do PMDB e do PFL, impediu que fosse aprovado ontem, pela Câmara dos Deputados, requerimento de urgência para a votação dos três projetos de lei que integram o pacote econômico do governo. Exigida a votação nominal, não houve número (votaram 168 deputados, quando o mínimo regimental é de 240). E, diante da evidência de que muitos deputados já haviam deixado Brasília, a Câmara decidiu não convocar outra sessão extraordinária para a parte da tarde nem para este final de semana. O pacote e todas as demais matérias pendentes de votação, ficam para os três últimos dias de funcionamento do Congresso, pois no dia 5 começa o recesso parlamentar de final de ano.

Durante as primeiras duas horas da sessão extraordinária matutina praticamente só se registraram protestos contra o fato de o Poder Executivo só ter encaminhado o "pacote" econômico ao Congresso já nos últimos dias do seu funcionamento. Logo no início da sessão, Amaral Neto (PDS-RJ) anunciou que um grupo de deputados estava disposto a obstruir a votação do pedido de urgência para o pacote enquanto não fossem votados os projetos de lei reduzindo o prazo de filiação partidária e reajustando os vencimentos do funcionalismo federal. Por força do regimento, porém, os requerimentos de urgência têm precedência e, como esclareceu o presidente da Casa, Ulysses Guimarães, não podiam deixar de ser votados em primeiro lugar.

O primeiro requerimento, de urgência para um dois projetos do pacote, o que trata da venda de ações de empresas estatais, foi veementemente combatido pelo líder do PCB, Alberto Goldman (SP). O projeto, segundo ele, revoga dispositivo da lei que instituiu o monopólio estatal do petróleo.

"IMPERFEIÇÕES"

O líder do governo, Pimenta da Ve-

ga (PMDB-MG), rendeu-se aos argumentos. Reconheceu que o projeto "tem imperfeições" e retirou o pedido de urgência.

O segundo requerimento tinha por objetivo o projeto que estabelece as alterações de ordem fiscal e tributária. Começou o bombardeio. "Se o líder do governo reconhece que o outro projeto, de apenas seis artigos, tem imperfeições" — disse Adail Vettorazzo (PDS-SP) — o que não se dirá deste outro, com 70 artigos? Como vamos discutir e votar em apenas três dias esse projeto Ali Babá?"

Amaral Neto voltou ao microfone para dizer que o congresso não pode votar "irresponsavelmente", sem exame mais profundo, matéria de tanta relevância. "Pode ser até que o projeto seja bom — disse — mas não podemos votá-lo assim. Por isso, tinha sugerido a s. exa. (a Ulysses Guimarães) a convocação extraordinária do Congresso, para termos tempo de examinar essas proposições. Antes, o PMDB reclamava porque o governo passado mandava para cá projetos para serem votados em 40 dias. Agora, o governo da Nova República nos dá três dias..."

As galerias, quase repletas dos chamados "tabelistas" do serviço público federal — à espera de que fosse votado um projeto de seu interesse — aplaudiam os oradores, concordando com as críticas ao governo. "Alguém desavisado" — observou o deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA) — "podia até imaginar que a galeria está com saudade de Newton Cruz, Abi-Ackel e Delfim Neto". Foi inicialmente valado, mas depois acabou aplaudido também. Somente ele e Dimas Ferrim (PMDB-MG) defenderam a posição do governo.

Os discursos contra o pacote sucediam-se. Irma Passoni (PT-SP) disse que se pretende impedir o Congresso de discutir a matéria. Os projetos integrantes do pacote deveriam, segundo ela, ser examinados pelas comissões técnicas da Casa. Em regime de urgência, porém, isso não acontece. Os pareceres são dados em plenário por relatores especiais, designados pela mesa. Haroldo Lima (PC do B) condenou a

pressão no exame do pacote. Jorge Arbage (PDS-PA) comentou o editorial de ontem de *O Estado*, pedindo sua transcrição nos anais. Gastone Righi (SP), líder do PTB, disse que seu partido quer apoiar e ajudar o governo, mas entende que tem o direito de ser informado, de ser ouvido sobre as suas iniciativas.

PRESIDENTE?

Pouco antes das 12 horas, Ulysses Guimarães informou ao plenário que iria passar a presidência dos trabalhos ao 2º vice-presidente, deputado Carlos Wilson, porque dali a pouco o presidente José Sarney estaria atravessando a ponte para entrar em território argentino e ele, Ulysses, como substituto constitucional, estaria automaticamente investido no cargo de presidente da República. Por isso, como chefe interno de outro poder, não podia permanecer em plenário.

"Senhor presidente" — disse-lhe Adail Vettorazzo, enquanto ele deixava a mesa — "aproveito para fazer-lhe um apelo: já que agora v. exa. se investe no cargo de presidente da República, retire a urgência dessa matéria".

"Faço um apelo ao presidente da República, que se encontra ainda neste plenário: que convoque extraordinariamente o Congresso, para podermos examinar com mais tempo essa matéria" — disse por sua vez Roberto Jefferson (PTB-RJ).

"Senhor deputado" — interveio Carlos Wilson — "informo que o presidente Ulysses Guimarães ainda não é o presidente da República. Ele só será daqui a meia hora, quando o presidente Sarney entrar na Argentina".

Colocado em votação, finalmente, o pedido de urgência, ele só obteve votos favoráveis das lideranças do PMDB e do PFL. Votaram contra o PDS, o PDT, o PTB, o PT, o PCB e o PC do B, estes, derrotados, por serem minoria, imediatamente exigiram votação nominal. O painel eletrônico registrou 112 votos a favor, 54 contra e duas abstenções, um total de 168. Não houve número. Nova sessão extraordinária foi convocada para as 9h30 de segunda-feira.